

A pecuária tradicional como forma de *(re)existir* no campo: o gado Curraleiro no Território Quilombola Kalunga, na região nordeste de Goiás

Onofre Aurélio Neto

Da Universidade Federal de Goiás – Goiânia – Brasil
opan.neto@yahoo.com.br

Resumo: Apesar da raça de bovino Curraleiro Pé-Duro estar ameaçada de extinção e do menor rendimento de carcaça, esse gado nativo constitui uma alternativa relevante ao modelo de atividade pecuária praticada em grandes áreas com pastagens plantadas e com uso intensivo de insumos das indústrias agroquímicas, fármaco-veterinária etc. Além de contribuir para a resistência de comunidades tradicionais no campo, o Curraleiro Pé-Duro faz parte da história de permanência na terra dos Kalunga, na região nordeste de Goiás, desde a formação do quilombo que resultou no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Porém, após a década de 1980, esses animais foram gradativamente substituídos por gado zebuino, acarretando em uma perda de identidade cultural da comunidade e aumento nos custos com a atividade pecuária bovina. Dessa forma, a pecuária tradicional, com a criação de gado Curraleiro no Território Quilombola é uma forma de (Re)Existir de povos Kalunga, ao “resgatar suas raízes” para continuar existindo.

Palavras-chave: Pecuária tradicional. Comunidades tradicionais. Território Kalunga.

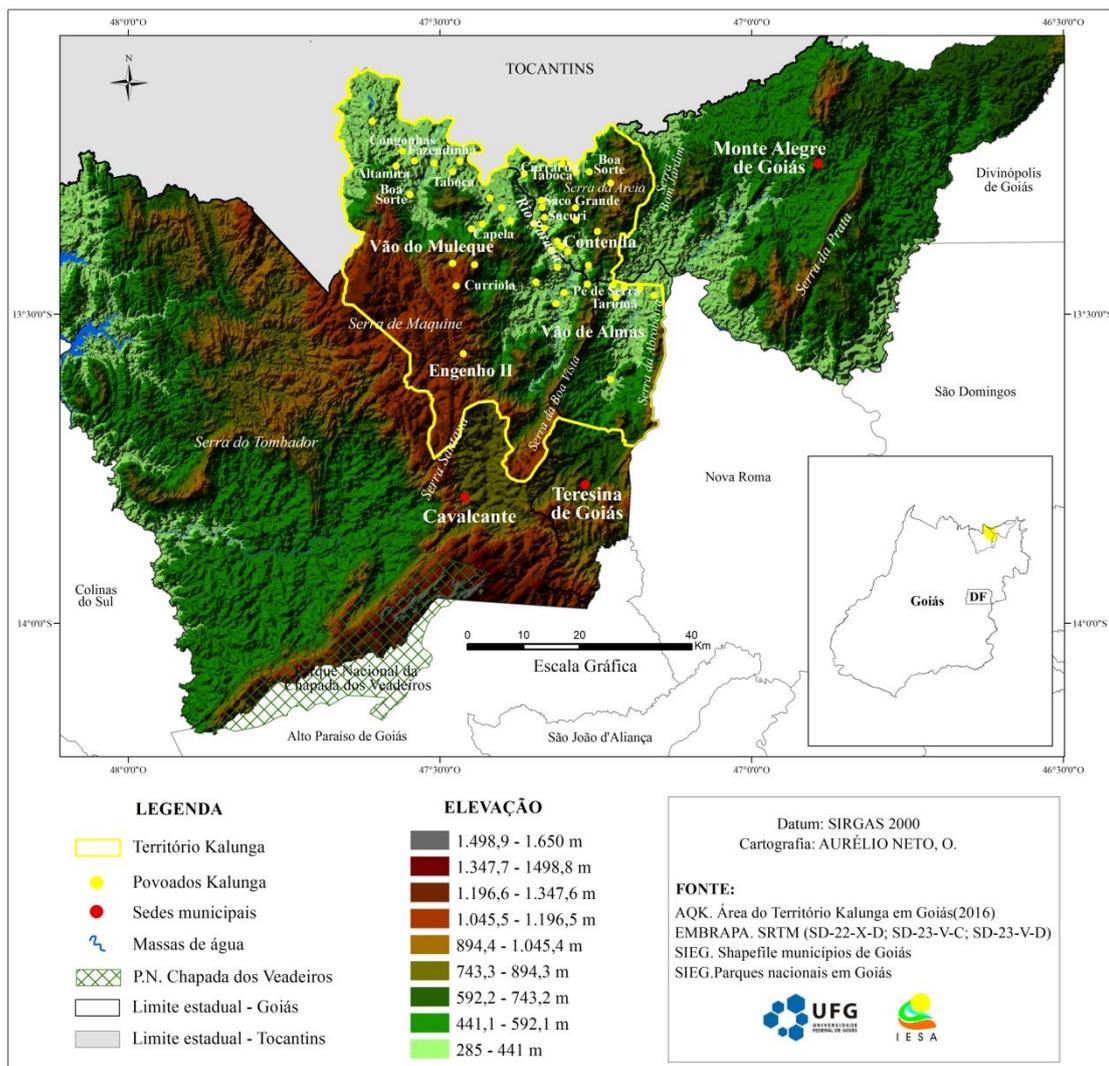
Introdução

A “modernização do campo” acarretou no processo de expropriação de camponeses do seu principal meio de produção: a terra. A resistência dos trabalhadores rurais foi manifestada de diferentes formas, apesar das constantes imposições de agentes ligados ao agronegócio, como fazendeiros/pecuaristas e o próprio Estado brasileiro, o que gerou conflitos e a sobreposição de práticas tradicionais em muitos lugares pelo modelo de produção agrícola divulgado com a “Revolução Verde”. Uma das formas de resistência a esse suposto modelo de desenvolvimento está ligada a agricultura e pecuária tradicional, como se verifica na região nordeste de Goiás e no Sertão Nordestino do Brasil, com a criação de gado Curraleiro Pé-Duro.

Selecionamos como recorte espacial o Território Quilombola Kalunga que se encontra nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, para verificarmos a resistência no campo e a contribuição do gado Curraleiro Pé-duro na permanência destas comunidades que lutam para (Re)Existir frente a invasão de seu

território. As comunidades tradicionais que fazem parte do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga são descendentes de trabalhadores que foram escravizados nas minas de ouro na Província de Goiás, ainda no século XVIII, e que conseguiram se refugiar no vão do Paranã, área de relevo acidentado na região nordeste de Goiás, com altitude variando de 285 até 1.650 metros (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga



Para Arruda (1999), as comunidades constituídas de populações tradicionais praticam um modelo de ocupação do espaço e utilizam os recursos naturais principalmente para a subsistência, com uso intensivo de mão de obra familiar. Conforme esse autor, as populações tradicionais (caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes) diferem-se dos demais grupos, devido as suas práticas culturais e modo de vida que são repassados para os descendentes, sendo reproduzidas ao longo do tempo suas formas de produção de base sustentável, costumes, crenças e a relação com a natureza.

Seguindo essa concepção, Fioravanti et al. (2012), acrescenta que as sociedades tradicionais são caracterizadas pela dependência e conhecimento da natureza e de seus ciclos, e a utilização de tecnologias simples e de impacto limitado sobre o meio ambiente, dentre outros aspectos. Entre as práticas da comunidade tradicional do Território Quilombola Kalunga relacionadas ao uso do solo, destaca-se a agricultura de subsistência e a pecuária, com a criação de “gado nativo” (Curraleiro Pé-Duro). Entretanto, nas últimas décadas do século XX, houve uma redução desses animais, em via de extinção, devido a inserção do gado zebuino (Nelore, Gir e Guzerá).

Por essas razões, o Ministério da Integração Nacional convidou a Universidade Federal de Goiás a desenvolver um projeto de reintrodução de gado Curraleiro Pé-Duro no Território Quilombola Kalunga. O projeto teve início em 2007, no município de Cavalcante (GO). Essa ação revela-se como uma forma de “(Re)Existência” das comunidades envolvidas, ao reafirmar sua identidade cultural na pecuária tradicional e contribuir para a permanência no território, devido a renda gerada com o comércio dos animais e a produção de carne e leite.

O conceito de “(Re)Existência”, como discute Mendonça (2015, p. 4), refere-se as estratégias construídas pelos camponeses/trabalhadores no campo, “a partir de ações políticas, construção e efetivação de políticas públicas e o fortalecimento das práticas agroecológicas que configuram em novas territorialidades”. Dessa forma, envolve o processo de luta pela permanência na terra e as ações para reconstruir a base de vida no território com elementos socioculturais. “Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*” (MENDONÇA, 2015, p. 12).

Por sua vez, como propõe Santos (2002), o conceito de território pode ser entendido como um espaço de resistência, onde se estabelece uma contradição vivida entre o lugar e o mundo; nesse sentido, interessa ao pesquisador o “uso do território”. Ampliando a discussão, Haesbaert (2006, p.79) afirma que, “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais cultural”. Na perspectiva desse geógrafo, o território é composto por três vertentes: econômica, jurídico-política e cultural ou simbólica; tendo sua materialidade na “terra”, em outras palavras, no fragmento do espaço onde se constroem as relações sociais.

Neste trabalho, analisamos de que maneira a criação de “gado nativo” contribui para a permanência de comunidades tradicionais na terra, com ênfase na atividade pecuária praticada no Território Quilombola Kalunga. Tendo como objetivos específicos: 1). Compreender a pecuária tradicional, com a criação de animais da raça Curraleiro Pé-Duro

em um sistema técnico que se opõe a “modernização do campo”, como uma forma de resistência de comunidades camponesas; 2). Averiguar a constituição do território Quilombola Kalunga e de que maneira a atividade pecuária (com a criação de gado nativo) contribui para a permanência na terra e para a (Re)Existência dos descendentes de quilombolas.

Os procedimentos desta pesquisa exploratória envolvem: levantamento bibliográfico, utilizando autores que discutiram a modernização do campo, a pecuária tradicional (gado Curraleiro), comunidades tradicionais e o povo Kalunga; pesquisa documental; e levantamento de dados secundários provenientes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da AQK (Associação do Quilombo Kalunga).

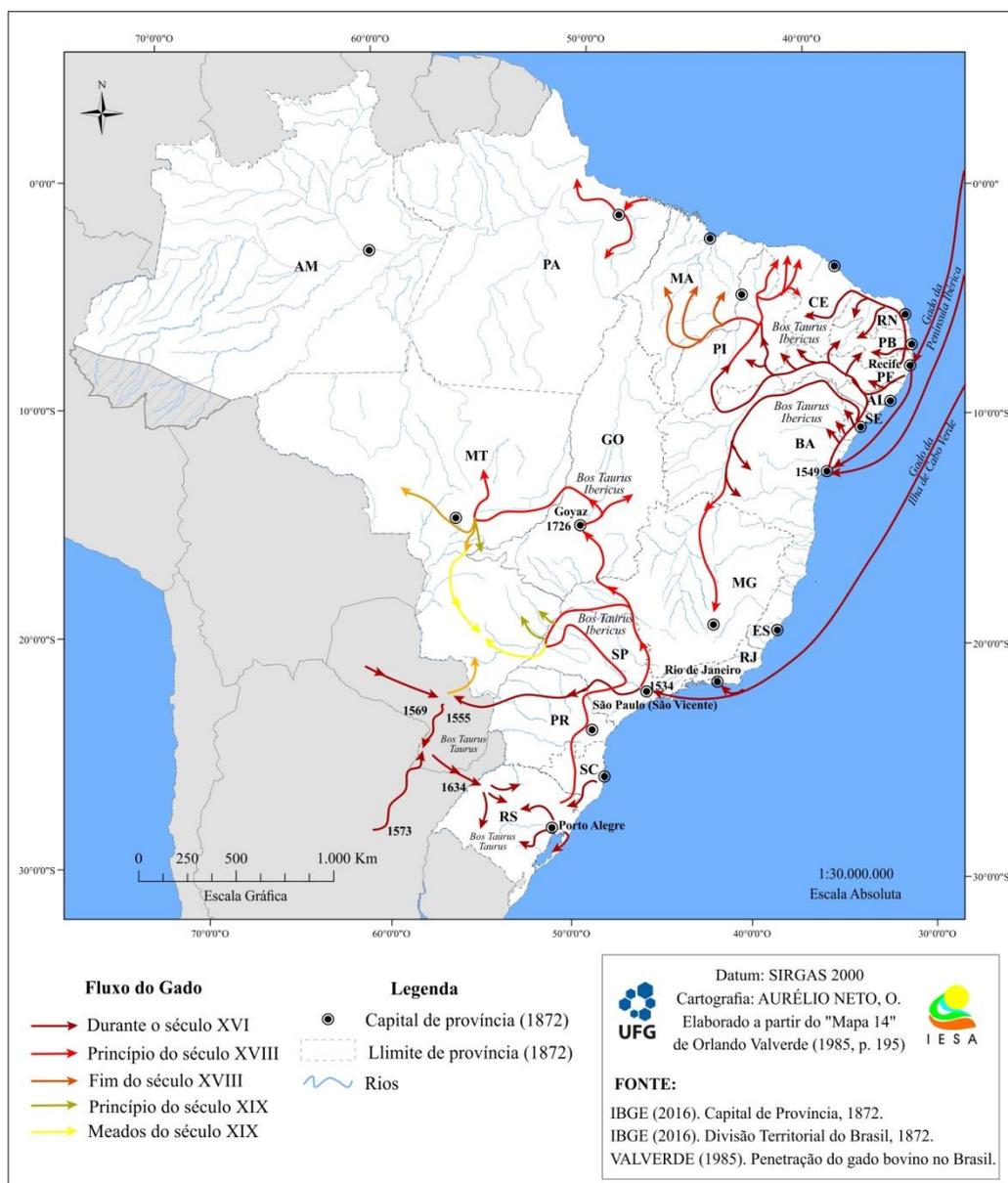
Pecuária tradicional *versus* a “modernização do campo”

As primeiras raças bovinas vieram para o Brasil com as expedições colonizadoras. De acordo com Fortes (2003), os primeiros exemplares foram trazidos por Martim Afonso de Sousa, em 1534, da Ilha de Cabo Verde. Posteriormente, vieram outras matrizes de gado taurino, principalmente de Portugal e Espanha. Assim, iniciou a pecuária bovina no Brasil Colonial, conforme Moraes e Franco (2010), essa atividade estava restrita a área litorânea.

A dispersão do gado no território brasileiro, de acordo com Valverde (1985, p. 195), foi feita a partir de três pontos: “Bahia e Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na costa paulista”. Destacando-se na formação do “gado nativo”, as raças Alentejana, Arouquesa, Barrosa, Mertolenga, Minhota e Mirandesa, provenientes da Península Ibérica. Segundo Moraes e Franco (2010, p. 41), com o aumento do plantel foi preciso separar a pecuária da lavoura canavieira, pois os “animais invadiam plantações e causavam tantos transtornos que o governo português proibiu a criação de gado na faixa litorânea”. Com isso, a pecuária foi direcionada para o interior do continente, contribuindo para a ocupação e povoamento do Brasil (Figura 2).

Na Província de Goiás, segundo Galli (2005), as primeiras cabeças de gado datam de 1726, trazidos da Capitania de São Vicente (São Paulo) para o Arraial de Sant’Ana (atual Cidade de Goiás), por iniciativa de Antônio Ferraz de Araújo. Estevam (2004) afirma que, em Goiás, as primeiras fazendas de criação de gado vão surgindo a partir de 1732, ainda em um complexo interdependente entre mineração-lavoura-pecuária. Em conjunto, essas atividades foram indispensáveis para o abastecimento e provisão dos arraiais que se espalhavam pelo território goiano.

Figura 2 – Mapa de dispersão do gado bovino do litoral ao sertão/interior do Brasil



Como discute Valverde (1985), o gado vindo de Portugal, Espanha e das ilhas portuguesas na costa ocidental da África (Madeiras, Açores e Cabo Verde), reproduziam no Brasil à lei da natureza. Após passarem por um processo de seleção natural, que excluiu os animais menos aptos a sobreviverem, e por sucessivas gerações de adaptação às condições naturais do país, originou-se o gado nativo. “Esses bovinos foram se ambientando ao calor e a outros fatores adversos, resultando, depois de séculos, em animais muito resistentes e adaptados a essas condições desfavoráveis” (CARVALHO et. al., 2010, p. 11).

Assim, formou-se uma nova variedade de bovino, também conhecido como gado “crioulo” (de baixa estatura e chifres grandes), tendo como maior representante a raça de bovino Curraleiro Pé-Duro (*Bos taurus ibericus*), como assinala Valverde (1985), por ser o

tipo que mais se difundiu pelo país na fase conhecida como pecuária tradicional. Esse geógrafo explica que a pecuária tradicional é caracterizada pela presença de “gado nativo” em ambiente pouco alterado, onde os animais dispõem de pastagem nativa em um processo de criação rudimentar do ponto de vista técnico. Segundo Valverde (1985), na pecuária tradicional os animais eram utilizados tanto para trabalho como na produção de carne e leite, sendo a produção destes uma necessidade de subsistência e abastecimento do mercado regional.

Em Goiás, entre as variedades de bovinos criadas até o início do século XX, de acordo com Silva (1920), destacavam-se a Curraleira, o Caracu, a Franqueira, a Pedreira ou Junqueira, o gado China e o bovino Mocho (sem chifres). Esses bovinos constituíram, em território nacional, o chamado “gado nativo”, tendo como característica a rusticidade, adaptação às condições naturais do ambiente e baixo porte.

Apesar do “gado nativo” ser a preferência dos criadores em Goiás, segundo Silva (1920), nas primeiras décadas do século XX, algumas fazendas goianas começou a criar a raça indiana Zebu (*Bos taurus indicus*), e a promover o cruzamento destes animais com o “gado nativo”, originando animais azebuados (mestiço do zebu com o gado nativo). Esse autor comenta que isto aconteceu pela preferência dos boiadeiros em comprar animais da raça provinda da Ásia, pagando preços ínfimos pelo gado nativo, em comparação ao zebuino.

Dessa forma, o padrão genético da pecuária bovina começou a ser alterado para atender os mercados compradores, estes preferiam animais com maior rendimento de carcaça. Na década de 1950, o gado zebu (Gir, Guzerá e Tabapuã) e o azebuado Indubrasil já eram os tipos de bovinos mais difundidos em Goiás. Naquele período, conforme Monserrat e Gonçalves (1954), o gado Curraleiro representava apenas 30% do plantel estadual, distribuído geograficamente nas regiões de Taguatinga, Paranã, Planalto, Alto Tocantins e Norte de Goiás (atual estado do Tocantins).

Na segunda metade do século XX, ocorreu o processo de “modernização do campo” no Brasil, com a difusão de um pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde”, o que alterou a base técnica da agropecuária brasileira, favorecendo os médios e grandes produtores rurais em detrimento das práticas tradicionais de produção nas pequenas propriedades (HESPANHOL, 2007).

Desde a década de 1960, conforme Ehlers (1999), as inovações técnicas foram introduzidas de forma significativa no país, com o apoio das entidades federais e a participação das instituições de pesquisas e escolas de agronomia e veterinária na promulgação do padrão tecnológico da “Revolução Verde”. Esse cenário foi influenciado pelo modelo de pesquisa e educação dos Estados Unidos, com o intuito de substituir o

sistema de produção tradicional por um sistema mais intensivo no Brasil. De fato, a partir do processo de modernização do campo, com a tecnicização do espaço rural ocorreu um uso mais intensivo do solo, caracterizado pelo uso de produtos industriais (máquinas, fertilizantes químicos, agrotóxicos etc.).

As inovações técnicas também atingiram a atividade pecuária, segundo Ehlers (1999), com o uso de insumos e máquinas no preparo das áreas de pastagens, a ordenha mecânica, o desenvolvimento genético de forragens mais volumosas e nutritivas, utilização de rações preparadas por indústrias, melhoramento genético dos rebanhos, e com a inserção de produtos da indústria farmacêutico-veterinária (vacinas e antibióticos). Com as inovações técnicas, a pastagem passou a ser percebida como uma cultura que requer cuidados, o que envolveu o uso de maquinários no preparado da terra, aplicação de insumos químicos e o plantio de semestre de forrageiras melhoradas. Sobressaindo, nas últimas décadas do século XX, a utilização das gramíneas do gênero *Brachiaria*, devido à alta capacidade de produção de massa verde.

Apesar do aumento da produção, relacionada ao uso intensivo do solo, a modernização do campo acarretou em implicações socioeconômicas e ambientais, inclusive com a substituição de culturas que compõem a cesta básica da alimentação do brasileiro por outras culturas mais rentáveis no mercado exterior, ou seja, as *commodities* do complexo grão e carne, com destaque para a soja.

No âmbito social, Graziano da Silva (1982) considera que a “modernização do campo” foi um processo conservador, pois não alterou a estrutura fundiária do país, caracterizada pela concentração de terras; ao contrário, favoreceu os latifúndios em detrimento da produção familiar e intensificou a saída do trabalhador do campo, com a expropriação dos camponeses. Esse autor avalia que a modernização do campo foi seletiva, pois privilegiou algumas culturas e regiões específicas, em detrimento de parte significativa da população rural que foi forçada a migrar para as cidades.

Para aqueles que resistiram ao processo de expropriação, Gonçalves Neto (1997) avalia que restou a possibilidade da subordinação ao capital industrial ou a marginalização pelo sistema capitalista. Em relação aos impactos ambientais da alteração no padrão de produção tradicional, por um modelo técnico de uso intensivo e predatório dos recursos naturais, Ehlers (1999) relata a destruição da vegetação nativa, a erosão dos solos, a contaminação das águas e dos alimentos, a baixa diversidade dos agroecossistemas, a perda do patrimônio genético e da biodiversidade.

Já no final da década de 1980, conforme Santos (2015), as práticas impostas com a Revolução Verde dominavam o ensino de ciências agrárias, difundindo o desmatamento, as

máquinas agrícolas, a implantação de monoculturas, os produtos geneticamente modificados (híbridos), o uso de fertilizantes e agrotóxicos; dessa forma, os técnicos e especialistas ligados a extensão rural defendiam os pacotes tecnológicos e menosprezavam os “*saberes/fazeres*” tradicionais do camponês, construídos na lida diária na roça e na criação de animais. Esse autor explica que, até a década de 1990, o modelo de produção divulgado pela extensão rural serviu para consolidar as ações capitalistas no campo, em detrimento da agricultura camponesa.

Na pecuária bovina, como assinalam Egito, Mariante e Albuquerque (2002), as importações de raças consideradas exóticas, a seleção de espécies e o uso de técnicas de melhoramento genético, acompanhados da zootecnia, resultaram em um aumento da produtividade nos estabelecimentos rurais, mas levou algumas das raças de “gado nativo” a extinção. De acordo com Carvalho et al. (2010), isto aconteceu com as raças Pedreira, China, Franqueira, Igarapé, Turino e Malabar, que foram extintas; enquanto que a Curraleiro Pé-Duro, ainda se encontram sob risco de extinção.

Já as raças zebuínas ou azebuadas (Nelore, Gir, Guzerá, Tabapuã e Indubrasil), foram as que sobressaíram, ao longo do século XX, sendo as mais adquiridas pelos frigoríficos no Brasil Central, por disporem de maior rendimento de carcaça. Entretanto, mesmo com a difusão de um padrão-espécie que se tornou hegemônico na maior parte do Brasil (exceto na Região Sul), em algumas locais houve a resistência de sua incorporação, com os habitantes preferindo manter seus sistemas de produção tradicionais. Isto corrobora com a afirmação de Valverde (1985), de que podem existir sistemas produtivos em estágios técnicos diversos em um mesmo período, desde que estejam em localidades diferentes. Como é o caso da pecuária tradicional, com a criação de gado Curraleiro.

No levantamento de criatórios de bovinos da raça Curraleiro Pé-Duro no país, realizado por Fioravanti et al. (2011), foram identificados 49 redutos desse gado nativo, distribuídos nos estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará e Piauí. Além dessas Unidades Federativas, segundo Salles et al. (2013), ainda na Região Nordeste, existem rebanhos de Curraleiro Pé-Duro no Maranhão, Paraíba e Ceará. A dispersão geográfica dessa raça, conforme Carvalho et al. (2010), ocorreu inicialmente as margens do Rio São Francisco, alcançando o semiárido do Nordeste brasileiro, de onde foram levados para os campos naturais e cerrados de Minas Gerais, Tocantins e Goiás.

De acordo com Carvalho et al. (2010), o pequeno porte do gado Pé-Duro constitui em uma vantagem biológica importante, quanto a adaptação e resistência deste em áreas com pouca ou nenhuma pastagem plantada; pois os animais menores, necessitam de menor quantidade de nutrientes e de água. Além disso, os animais que se desenvolveram a partir

dos exemplares trazidos pelos colonizadores, como afirma Egito, Mariante e Albuquerque (2002, p. 41), ao longo de cinco séculos foram “adquirindo características únicas como rusticidade, prolificidade e, provavelmente, resistência à endo e ectoparasitas e/ou doenças encontradas nas mais distintas regiões brasileiras”.

A raça Curraleiro Pé-Duro foi reconhecida pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), em 2012, pela Portaria n. 1.150 que autorizou os trabalhos de registro genealógico desse gado nativo (BRASIL, 2012). Em Goiás, Fioravanti et al. (2011) identificaram 19 criatórios de Curraleiro Pé-Duro, somando um plantel de 1.663 cabeças em 2011. No território goiano, os pontos de criação mais antigos do gado Curraleiro localizam-se na microrregião da Chapada dos Veadeiros, área com maior superfície de vegetação natural do Bioma Cerrado, e onde se encontra o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Agricultura e pecuária no Território Quilombola Kalunga

Ao estudar a história do regime escravista em território brasileiro, no período colonial, Mattoso (1982) considerou os movimentos de fuga, as insurreições e os refúgios, como formas de resistência que resultaram na organização social em quilombos. Para Lara (1988, p. 345), os quilombos são formas de resistência coletivas e individuais, sendo a resistência dos escravizados constituída de “recursos e estratégias variados de homens e mulheres que, em situações adversas, procuravam salvar suas vidas, criar alternativas, defender seus interesses”. Dessa forma, podemos compreender os quilombos como territórios de (Re)Existência.

A população nos antigos quilombos, ao decorrer do tempo, formaram comunidades tradicionais ligadas à terra, ao meio ambiente, aos costumes e crenças, como é o caso do Território Kalunga, na região nordeste do estado de Goiás. Não há um consenso na literatura científica quanto à origem dos quilombos em Goiás, mas é fato que estão relacionados ao período colonial de extração mineral. Para Baiocchi (1995), o Território Kalunga originou-se dos escravos que trabalhavam na mina Boa Vista, próxima do Rio Paranã, e dos arraiais de Cavalcante e do Morro do Chapéu (atual Monte Alegre de Goiás), fundados em 1740 e 1769, respectivamente.

Como acontecia nas demais regiões de mineração, o gado estava presente para suprir as demandas por proteína animal nos arraiais. No final do século XVIII, com o declínio do ouro de aluvião, a região do Vão do Paranã passou a ser ocupada por criadores de gado. De acordo com Chianca (2010), surgiram diversas fazendas que utilizava do trabalho escravo

nas atividades pastoris. A existência dos criatórios de bovinos na região, com gado nativo, levou a inserção destes animais em comunidades quilombolas; apesar da localização dos antigos quilombos ocorrerem em áreas remotas.

Chianca (2010) explica que, o ato de aquilomba-se era considerado crime pela coroa portuguesa, sendo os quilombos alvos de expedições que visavam seu aniquilamento, com a repressão, captura dos aquilombados e erradicação do território que ocupavam. Assim, o isolamento era fundamental para a sobrevivência desses povos, ao dificultar os ataques e repressões. Em relação à localização de comunidades Kalungas, nas palavras de Baiocchi (1995), “a ocupação espacial indica resistência calculada”. Estas comunidades encontram-se situadas entre serras e o Vão do Paranã, área de relevo acidentado e de difícil acesso, variando de 285 até 1.402 metros (Figura 3).

O Território Kalunga, com uma área de 272 mil hectares, abriga mais de duas mil famílias, com quase 8 mil pessoas (AQK, 2016). Conforme Almeida (2010), os habitantes encontram-se distribuídos em 62 povoados, tendo como núcleos principais o Vão do Moleque, Vão de Almas, Engenho II e o Ribeirão dos Bois, localizados à esquerda do Rio Paranã, e o Vão da Contenda, situado na margem direita do rio. No Território Kalunga a água é um bem comunal, como defende Shiva (2007), um direito natural e social de propriedade coletiva para usufruto, que segue os “princípios ribeirinhos” de compartilhar e preservar.

Baiocchi (1995) explica que as populações locais ocupam, principalmente, as margens do rio Paranã e áreas de várzeas dos afluentes para aproveitar da fase de inundação/alagamento em suas atividades agrícolas, processo que ocorre no período chuvoso. Dessa forma, o rio Paranã revela-se essencial para a fixação e permanência das comunidades na região, juntamente com seus afluentes, o Rio da Prata, Corrente, Bezerra, das Almas e o Rio dos Bois (Figura 3). Predomina no Território Kalunga a vegetação nativa do Bioma Cerrado, destacando pela extensão a formação “savana parque”, com as fitofisionomias Cerrado Ralo, Cerrado Rupestre, Campo Rupestre e Campo Sujo Seco.

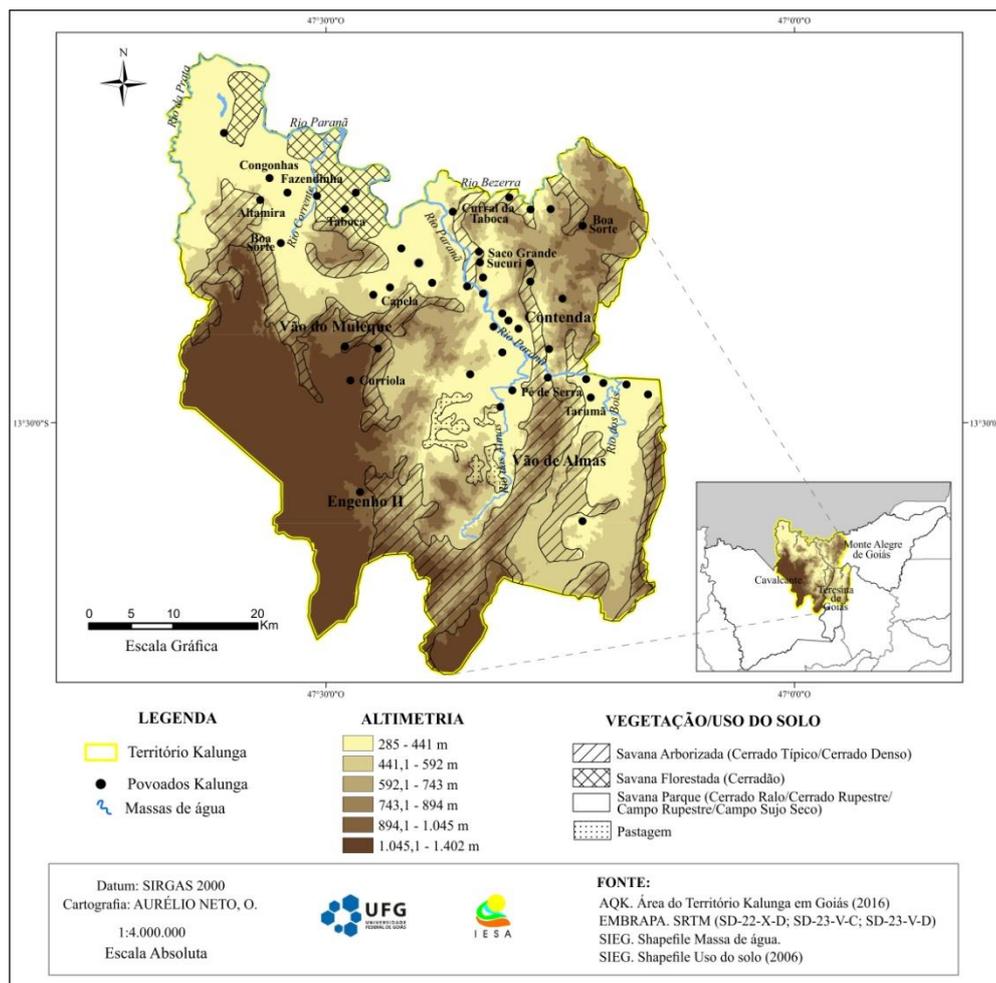


Figura 3 – Território Quilombola Kalunga, com altimetria e vegetação/uso do solo

Os nomes de algumas das comunidades evidenciam a participação histórica da atividade pecuária na região, por exemplo: Curral da Taboca, Fazenda Sucuri, Boa Sorte e Saco Grande, entre outras. A criação de bovinos, de acordo com Chianca (2010), tornou-se significativa com a influência do boiadeiro Boaventura dos Santos Rosa, este se encarregou da comercialização de produtos dos Kalungas nos municípios de Formosa e Barreiras, incentivando a criação de animais para a venda nas cidades. “Assim foi aumentando os rebanhos de gado dentro das comunidades, impulsionando a ocupação de novos espaços – facilitada pelas pastagens naturais existentes – para a criação do gado, de modo que os mesmos não concorressem com a lavoura” (CHIANCA, 2010, p. 60). Estas áreas de pastagens naturais eram compostas, sobretudo, pelas gramíneas do Campo Sujo e Campo Rupestre.

Entretanto, com as grilagens de terra, a partir de 1970, Baiocchi (1995, p. 117) comentou que, muitas famílias Kalungas perdem “territórios ancestrais que eram usados para o remanejamento do gado” no período de estiagem. Como discute Arruda (1999), as comunidades tradicionais em geral, apesar de ocuparem uma região há muito tempo, elas

não possuem o registro legal de propriedade privada individual da terra; nessas comunidades são definidos apenas os locais de moradia como parcela individual e o restante do território é considerado como área de utilização comunitária. Como é o caso das comunidades tradicionais do Território Kalunga. Nesse sentido, Almeida (2010, p. 43) assinala que, “o território Kalunga é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural”.

Compartilhamos da percepção de Avelar e Vicente de Paula (2003), de que a falta do título de posse da terra dos Kalungas foi agravada pelo moroso e burocrático processo de regularização das terras na região, o que implicou na tomada de terras de famílias Kalunga por grileiros e posseiros, ou na ocupação de áreas pouco produtivas, para que estas não fossem cobiçadas pelos fazendeiros. O roubo de terras e expulsão dos Kalungas, como acontece em outras comunidades camponesas tradicionais, tiram-lhes “não somente a fonte de sobrevivência material, mas a própria identidade” (AVELAR; VICENTE DE PAULA, 2003, p. 120).

Ainda de acordo com esses autores, a localização das comunidades em área de baixa produtividade natural, aliada a falta de investimentos governamentais em infraestrutura e apoio técnico, forçou o Kalunga a prática da meia (trabalhando nas “roças de toco” em troca de uma parte da produção), e a prestação de serviços temporários nas terras ocupadas por fazendeiros. Por vezes, recebendo cabeças de gado como forma de pagamento pelos serviços.

Na década de 1980, como atesta Almeida (2011), tivemos os movimentos sociais de “comunidades negras rurais”, reivindicando o direito de uso do território que ocupavam seus ancestrais, almejando a posse da terra que constituía os quilombos. Esse autor relata que, em 1986, durante o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão foram aprovadas propostas no sentido de reivindicação do direito às terras imprescindíveis à reprodução física e cultural das “comunidades negras rurais”, o que foi encaminhado para a Assembleia Nacional. A partir dessas ações, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconheceu a propriedade definitiva das comunidades remanescentes de quilombos sobre as terras de seus ancestrais, devendo o Estado emitir os títulos de propriedade aos descendentes (BRASIL, 1988).

No início da década de 1990, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás aprovou a Lei n. 11.409, de 21 de janeiro de 1991, constituindo o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, na área de terras situadas nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da

Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás (GOIÁS, 1991).

Já no ano de 2000, o sítio foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, compreendendo uma área de 253,19 mil hectares, mas a certidão só foi emitida em 19/04/2005, passando as terras pertencerem oficialmente aos Kalunga; e em 2009, o INCRA regularizou o título conferido aos Kalungas, abrangendo uma área de 262 mil hectares; sendo o território expandido para 272 mil hectares, com o andamento dos processos de regularização de terras até o início de 2016 (INCRA, 2016).

Entretanto, alguns fazendeiros da região continuaram ocupando as terras que pertencem a essas comunidades tradicionais, apesar da demarcação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Após dez anos da certificação, conforme Santos (2015), as famílias descendentes dos quilombolas ainda sofrem com a demora na desapropriação das áreas ocupadas por fazendeiros que se apropriaram de parcelas do Território Kalunga de forma ilegal. Em defesa de seu território, os Kalungas têm de enfrentar grileiros, fazendeiros, garimpeiros e madeireiros que exploram os recursos naturais da região.

Quanto ao uso do território pelas comunidades Kalunga, a agricultura de subsistência é essencial para a sobrevivência dos habitantes, uma vez que, da roça provem parte significativa dos alimentos que compõe a dieta deles. Santos (2015) aponta que as comunidades cultivam, principalmente, arroz, feijão, milho, mandioca e banana; tendo ainda o plantio de abóbora, inhame, batata doce, cana, entre outros. O cultivo da terra é realizado de forma tradicional, com uso de sementes crioulas, força braçal e tração animal, sem fertilizantes sintéticos ou agrotóxicos. O excedente produzido é trocado entre as famílias da comunidade, sendo alguns produtos comercializados na cidade, como é o caso da farinha.

Todavia, como discute Avelar e Vicente de Paula (2003), a agricultura familiar prática no Território Kalunga necessita ser complementada com produtos comprados em cidades vizinhas e da atividade pecuária (bovinos, suínos e galináceos), sendo a criação de gado fundamental para a obtenção de carne vermelha e leite. Nesse sentido, a pecuária bovina contribui para a permanência dos integrantes da comunidade na zona rural, pois ao mesmo tempo em que fornece alimento, resulta em uma fonte de renda com a venda de gado (bezerros).

A criação de bovinos: gado Curraleiro e Zebuino

Até os decênios de 1960 e 1970, os criadores de bovinos na comunidade Kalunga de Cavalcante dedicavam-se a raça Curraleiro Pé-Duro. Contudo, a partir de 1980, conforme

Fioravanti et al. (2012), houve uma diminuição gradativa do rebanho de gado nativo, com a inserção do gado zebuino na região. Isso está relacionado ao processo de modernização do campo em áreas do nordeste goiano, com fazendas de gado zebuino (*Bos taurus indicus*) circundando ou mesmo invadindo o Território Kalunga. Dessa forma, os serviços prestados nas fazendas seriam pagos com bovino zebu. Sendo estes animais de maior porte, o que exige maiores cuidados e maior volume de alimento. Essa alteração na raça criada tem ocasionado uma substituição de pastagens naturais por pastagens plantadas.

Em 2006, os municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás configuravam entre os 10 municípios goianos com maior percentual de pastagens naturais, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE. Em Cavalcante, com um efetivo bovino de 94.715 cabeças, a área total de pastagens dos estabelecimentos rurais com bovinos foi de 151.459 hectares, em 2006, sendo que 74,1% destas foram declaradas como naturais. Esse percentual foi ainda maior em Teresina de Goiás, onde 86,7% das pastagens eram naturais (Tabela 1).

Tabela 1 – Efetivo bovino e áreas de pastagens nos estabelecimentos com criação de gado, em 2006.

Município	Efetivo Bovino	Pastagens naturais (ha)	Pastagens plantadas (ha)	Total de pastagens (ha)
Cavalcante	94.715	112.242	39.217	151.459
Monte Alegre de Goiás	112.512	16.919	69.273	86.192
Teresina de Goiás	24.565	36.920	5.659	42.579
ESTADO DE GOIÁS	18.234.548	2.553.642	11.021.798	13.575.440

Fonte: IBGE (2006).

Já em Monte Alegre de Goiás, os dados demonstram uma maior quantidade de pastagens plantadas do que naturais. Entre os municípios com área que compõe o Território Kalunga, Monte Alegre de Goiás era o que detinha o maior plantel, 112.512 bovinos, distribuídos em uma área de 86.192 hectares de pastagens, o que indica uma taxa de lotação de 1,3 cabeça/hectare, a maior dos três municípios. Contudo, essa produtividade deve-se ao desmatamento da vegetação nativa e substituição de áreas de pastagens naturais por forrageiras estrangeiras ao ambiente; ação provocada por fazendeiros da região, voltados à criação do gado zebuino.

Com melhor produtividade e alta taxa de fecundidade, logo essa variedade sobrepôs-se ao gado nativo, inclusive no Território Kalunga. Para reverter essa situação, o Ministério da Integração Nacional convidou a Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás para desenvolver um projeto que aumentasse o plantel de gado Curraleiro Pé-Duro na comunidade Kalunga, o que ocorreu a partir de 2007, no município de Cavalcante.

Segundo Fioravanti et al. (2008), o projeto surgiu da demanda dos próprios Kalungas, na tentativa de resgatar a tradição pecuária na comunidade, com o apoio da Prefeitura Municipal de Cavalcante, Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), Associação do Quilombo Kalunga (AQK) e da Associação Brasileira de Criadores de Curraleiro, entre outros. No ano de 2007 foi estabelecido o “Núcleo de Criação de Curraleiro Pé-Duro” na Fazenda Santo Estevão, a fim de definir tecnologias apropriadas para a região, e realizou-se a distribuição de bovinos para dez famílias da comunidade que foram escolhidas pela AKC.

Naquele ano, de acordo com Moura et al. (2011), foram introduzidos 81 exemplares de gado Curraleiro no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, sendo que cada família recebeu 7 animais, estando as mesmas localizadas no Vão do Moleque, Vão de Almas, Prata, Boa Sorte e Engenho II, em área de Cerrado com pastagens nativas, predominantemente “capim agreste” (*Panicum chapadense*). Enquanto que os demais animais foram direcionados para o Núcleo de Criação. Esses autores nos contam que, em 2008, outras sete famílias foram beneficiadas com o projeto, a partir da distribuídos de mais 73 bovinos, sendo 39 da raça Curraleiro Pé-Duro e 34 resultantes do cruzamento de gado Curraleiro com Caracu. Como atesta Neiva (2009), todas as famílias que receberam animais Pé-Duro já praticavam a atividade pecuária com gado zebuino ou azebuado.

No ano de 2011, o efetivo bovino total nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás era de 194.167 cabeças, sendo que a maioria destes animais pertencia aos fazendeiros/pecuaristas da região. Do total desse plantel, apenas 379 foram identificados como exemplares da raça Curraleira. Entre os três municípios, Teresina de Goiás registrou o maior rebanho de gado nativo, 143 cabeças, seguido de Cavalcante (134). Já em Monte Alegre de Goiás, existiam 102 gados Curraleiro, correspondendo por 0,08% do efetivo bovino total do município (Tabela 2).

Tabela 2 – Efetivo bovino e participação do gado Curraleiro Pé-Duro no plantel, em 2011.

Município	Gado Curraleiro*	Total do efetivo Bovino**	Percentual de curraleiro
Cavalcante	134	56.552	0,24
Monte Alegre de Goiás	102	129.800	0,08
Teresina de Goiás	143	7.815	1,83
ESTADO DE GOIÁS	1.663	21.744.650	0,01

Fonte: (*) Fioravanti et al. (2011.). (**) IBGE (2011).

Apesar do número ainda ser pequeno, quando comparamos com o plantel existente na região, concordamos com Moura et al. (2011), de que o projeto de reinserção do gado

Curraleiro permitiu o resgate da identidade cultural e do modo de vida dos povos Kalunga, reforçou a prática da pecuária tradicional, de menor impacto no meio ambiente, auxiliando na manutenção da população na zona rural e contribuiu para a conservação de uma raça bovina brasileira ameaçada de extinção.

Já em 2012, foram contados 151 exemplares de “gado nativo” em Cavalcante, segundo Fioravanti et. al. (2012), entre estes, 60 eram vacas e novilhas em fase reprodutiva, o que indica uma continuidade do rebanho. Para esses autores, as técnicas de manejo sanitário repassadas aos Kalungas, aliadas às práticas de vacinação e de suplementação alimentar no período de estiagem, quando ocorre a redução da pastagem nativa, foram fundamentais para o aumento da taxa de nascimento e adaptação dos animais ao novo ambiente. Além de contribuir para o controle de doenças que possam reduzir o rebanho e repercutir na questão econômica da comunidade ou até mesmo do estado de Goiás.

Para evitar os prejuízos com a morte de animais e os riscos que algumas doenças oferecem à saúde humana e a economia do país, Santos (2015) relata que a Agrodefesa de Goiás criou o “Projeto Kalunga de Educação Sanitária”, envolvendo centenas de pequenos criadores da região, com o intuito de desenvolver atividades educativas com treinamentos e acompanhamento sistemático de manejo do rebanho, para o cumprimento das políticas sanitárias em sanidade animal. Esse autor nos conta que o programa era voltado principalmente para combater três doenças bovinas: raiva, brucelose e a Aftosa.

Com essas ações, o bovino Curraleiro contribui de forma significativa para o desenvolvimento de uma pecuária mais sustentável na região. Conforme Carvalho (2002, p. 9), o gado nativo permite a exploração econômica de pastagens naturais, em áreas desfavoráveis à criação de gado zebuino, fornecendo ao trabalhador rural “carne, leite e animais de trabalho, sem necessidade de grandes investimentos na infraestrutura da propriedade”.

Alguns aspectos que chama a atenção em relação ao gado Curraleiro é a baixa exigência nutricional e a capacidade destes animais de pastejar plantas nativas, por já estarem adaptados as condições naturais do Cerrado. Dessa forma, a pecuária tradicional com gado Curraleiro não exige a derrubada de extensas matas para a formação de pastagens plantadas, contribuindo para a permanência de povos Kalunga na área rural, com a prática de uma atividade sustentável.

A partir dessa perspectiva, Neiva (2009) defende o registro de origem e comercialização da “Carne Curraleiro Kalunga”, como estratégia para o estabelecimento de sistemas de produção agroecológicos e agregação de valor ao produto, capaz de gerar ocupação e renda para populações próximas às áreas de preservação. Conforme essa autora,

a carne de gado Curraleiro oriunda do Território Kalunga apresenta alguns diferenciais que agregam valor a esse produto: 1) carne de “gado nativo”, sem alteração em laboratórios; 2) produto ambientalmente correto (“carne orgânica”), por derivar de um sistema de produção agroecológico; 3) animais criados com menor uso de insumos químicos e medicamentos veterinários, por já estarem adaptados às condições adversas do ecossistema; 4) tradição do produto; 5) qualidade e sabor diferenciado da carne.

O fato de criar animais para serem comercializados não faz com que essas comunidades sejam “menos campesinas”, pois não deixam de estarem ligadas ao espaço rural, continuando a usar de mão de obra familiar para lidar com a terra, preocupadas com a questão alimentar e com a manutenção de recursos naturais. Além disso, no atual contexto histórico e social, conforme Bartra (2008), os campesinos são, ao mesmo tempo, produto do capitalismo e de sua resistência ao capitalismo.

Percebemos que a criação de gado Curraleiro Pé-Duro no Território Kalunga representa uma afirmação de parte da cultura dessa comunidade, que estava sendo perdida com a introdução de animais de outras variedades após a década de 1970. Dessa forma, a prática da pecuária tradicional pode ser entendida a partir da perspectiva de Svampa (2010), como uma forma de resistência e busca de autonomia baseada no “ativismo cultural”, dada pelas ações e expressões que fazem parte do modo de vida e de organização da comunidade.

Essa autora nos explica que o “ativismo cultural” parte de um processo conflitivo entre diferentes concepções e preza pela autonomia do grupo, sendo nutrido de um discurso prático que reforça a cultura local, ao resgatar ou ampliar aspectos que caracterizam a comunidade. Portanto, a prática da pecuária tradicional no Território Kalunga faz parte de um ativismo cultural das comunidades, com a intenção de (Re)Existir para continuarem existindo, ao afirmar a criação do gado Curraleiro como parte de sua história de permanência na terra.

Considerações finais

O processo de modernização do campo, sobretudo, a partir da década de 1970 – usando como “bandeira” a soberania alimentar e a produção em grande escala para exportação –, atendeu o interesse de expansão do capitalismo no território brasileiro, refletindo na economia e nos ganhos dos grandes proprietários que obtiveram crédito de entidades públicas para implantar as inovações tecnológicas em seus estabelecimentos agropecuários. Mas, o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária, com a reprodução artificial das condições naturais, gerou graves impactos sociais e

ambientais. E perdas irreparáveis com a morte de muitos daqueles que se opuseram ao processo de expropriação dos camponeses de suas terras.

A pecuária tradicional, com a criação de gado Curraleiro no Território Kalunga é uma forma de (Re)Existir das comunidades remanescentes de quilombolas, ao “resgatar suas raízes” para continuarem existindo, sendo que o gado nativo contribui para a permanência destes camponeses na terra, devido a renda gerada com a venda de bezerros e pelo fato de possuírem uma dupla aptidão, servindo para a produção de leite (entorno de 5 litros por dia) e carne saborosa, com um baixo custo de produção. Uma vez que, por já se encontrar adaptado as condições naturais do ambiente (questões fitossanitária e climática), o gado nativo dispensa maiores cuidados com o preparo das pastagens e os altos custos com insumos, por exemplo, rações e medicamentos. Além de ser mais dócil e de menor impacto ambiental do que as raças zebuínas, em que se destaca a criação de rebanho Nelore em Goiás.

Ao averiguar a constituição e uso do Território Quilombo Kalunga, identificamos as três vertentes básicas que compõe um território. A vertente econômica que compreende o território como fonte de recursos para as comunidades Kalunga, com a prática da pecuária e agricultura de subsistência, sendo este espaço elemento de disputa com diferentes classes sociais (grileiros, fazendeiros, mineradores etc.), que se instalaram na área que pertence aos Kalunga; a vertente jurídico/política, com o reconhecimento e certificação do Território Kalunga, como um espaço delimitado e de uso das comunidades remanescentes de quilombos; e a vertente cultural do território, que abrange o aspecto das manifestações culturais e práticas tradicionais.

Ressaltasse que a resistência da comunidade Kalunga não está no aspecto militar de luta armada, mas no ativismo cultural. Uma resistência baseada na negação e oposição ao modelo de produção intensivo que leva a exaustão dos recursos naturais. Ao invés disso, essas comunidades resgatam suas tradições e manifestam sua cultura secular, como forma de (Re)Existir. No Território Kalunga, o modo de vida constituído e reproduzido destoa do modelo de “modernização do campo” vinculado aos pacotes tecnológicos que circundaram a região.

Traditional cattle raising as a way to (re)exist in rural areas: the Curraleiro cattle on the Territory Kalunga, in northeast of Goiás

Abstract: Despite the race of Curraleiro Pé Duro cattle to be threatened with extinction and the lowest income of carcass, this native cattle constitutes a relevant alternative to modern pattern of cattle raising practice in large areas with pastures planted and with intensive use of chemical inputs, veterinary drug etc. It also to contribute to permanence of traditional communities in rural áreas. The Curraleiro Pé Duro is part of history to stay on the land of the Kalunga, since the formation of the quilombo that resulted in the

Historical Site and Cultural Heritage Kalunga. However, after the 1980s, these animals were being replaced by Zebu cattle, causing a loss of cultural identity of the community and increase in cattle raising activity costs. In this way, the traditional cattle raising with the creation of Curraleiro in the Kalunga Territory is a form of (Re)Exist, the "to rescue their roots" to continue existing.

Key words: Traditional cattle raising. Traditional communities. Kalunga Territory.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p.

ALMEIDA, M. G. de. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, v.4, n.1, p.36-63, 2010.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p. 79-92, 1999.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBO KALUNGA - AQK. **Povo Kalunga**. Disponível em: <<http://quilombokalunga.org.br/povo-kalunga/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

AVELAR, Gilmar A.; VICENTE DE PAULA, Marise. Comunidade Kalunga: Trabalho e Cultura em Terra de Negro. **GEOgraphia**, Ano V, n. 9, p. 115-131, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/118/115>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga - a sagrada terra. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 19, n. 1, p. 107/120, 1995.

BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Boletim de Antropologia Americana**, n. 44, p. 5-23, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. **Portaria n. 1.150 de 14 de dezembro de 2012**. Reconhecimento da raça de bovinos denominada Curraleiro Pé-Duro e outras providências. Disponível em: <http://anexos.datalegis.inf.br/arquivos/DO1_2012_12_17.pdf>. Acesso: 05 abr. 2016.

CARVALHO, Geraldo Magela Cortes; ALMEIDA, M. J. O.; AZEVÊDO, D. M. M. R.; ARAÚJO NETO, R. B.; LEAL, T. M.; MONTEIRO, F. C.; FROTA, M. N. L.; LIMA NETO, A. F. **Caracterização fenotípica do gado Pé-Duro do Nordeste do Brasil**. Documentos n. 93. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2010. 24 p.

CARVALHO, J. H. **Potencial econômico do bovino Pé-Duro**. Documentos n. 65. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2002. 14 p.

CHIANCA, Priscila Pessoa. **Nas vias do reconhecimento: emergência étnica e territorialização kalunga**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

EGITO, A. A.; MARIANTE, A. S.; ALBUQUERQUE, M. S. M. Programa Brasileiro de Conservação de Recursos Genéticos Animais. **Archivos de Zootecnia**, v. 51, p. 39-52, 2002.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1999. 157 p.

ESTEIVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. 238 p.

FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares et. al.. Conservación del bovino Curraleiro: cuantificación del censo y caracterización de los criadores. **Animal Genetic Resources**, n. 48, p. 10-116, 2011.

FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares et. al. Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE SAVANAS TROPICAIS e IX SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO**, 2008. Anais... Brasília: EMBRAPA, 2008.

FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares et. al. Kalungas e Curraleiro Pé-Duro: o resgate de uma tradição. **Revista UFG**, Ano XIII nº 13, p. 100-112, dez. 2012.

FORTES, Gitânio. **Raízes da pecuária: os caminhos do boi do Brasil**. São Paulo: DBA – Artes Gráficas, 2003. 120 p.

GALLI, Ubirajara. **A história da pecuária em Goiás: do primeiro gado aos dias de hoje**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. 102 p.

GOIÁS. **Lei Nº 11.409, de 21 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=4719>. Acesso em: 04 abr. 2016.

GONÇALVES NETO, Wescslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. 248 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1011&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

INCRA. **Ordenamento Estrutura Fundiária: Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 267 p.

MENDONÇA, Marcelo. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 16, n. Especial, p. 3-15, 2015.

MONSERRAT, Econ J.; GONÇALVES, Carlos A. **Observações sobre a pecuária no Brasil Central**. Porto Alegre: Seção de Informações e Publicidade Agrícola, 1954.

MORAES, Marcos Antonio de.; FRANCO, Paulo Sergio Silva. **Geografia Econômica: Brasil de Colônia a Colônia**. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2010.

MOURA, M. I.; et. al. Evolução de um rebanho de bovino Curraleiro reintroduzido em cerrado nativo na região norte do Estado de Goiás, Brasil. **Actas Iberoamericanas de Conservacion Animal**, v.1, p. 123-126, 2011.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues. **Caracterização socioeconômica da comunidade quilombola Kalunga e proposta de reintrodução do bovino Curraleiro como alternativa de geração de renda**. 2009. 138f. Tese (Doutorado em Ciência Animal). Escola de Veterinária, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SALLES, P. A.; et. al. **Estado atual de conservação da raça bovina curraleiro pé-duro na região nordeste brasileira**. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013. 27p

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC – ANPUR, 2002.

SANTOS, Valmir Crispim dos. **Extensão rural e valorização dos saberes/fazeres agrícolas da comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO)**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

SHIVA, Vandana. **Las guerras del agua: privatización, contaminación y lucro**. 2. ed. México (D.F.): Siglo XXI Editores, 2007.

SILVA, Henrique. O “habitat” maravilhoso de Goyaz para as espécies pecuárias. **Revista A Informação Goyana**, vol. III, n. 8. Rio de Janeiro, 1920.

SVAMPA, Maristella. Movimentos sociales, matrices sócio-políticos y nuevos escenarios em América Latina. **OneWorld Perspectives**, Working Papers n. 01, 2010.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Sobre o autor

Onofre Aurélio Neto - Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Goiás. Graduado e Mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG.

Recebido para avaliação em abril de 2016

Aceito para publicação em maio de 2016